



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A POSSE DE DESEMBARGADORAS E DESEMBARGADORES

criada em 15/6/2023 (MFM) – atualizada 15/05/2025 (MFRB)

1	Formulário de cadastro < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2023/33_F ORMULARIO_CADASTRO.pdf >
DOCUMENTOS (Fotocópias legíveis e autenticadas ou conferidas com os originais pela servidora ou pelo servidor responsável pela recepção dos documentos listados abaixo (art. 22, § 3º, da Lei nº 13.800/2001 ^{estadual}). Porém, tratando-se de documentos expedidos em formato digital, deverão ser apresentadas fotocópias legíveis contendo o respectivo código verificador, a fim de viabilizar a verificação da autenticidade.)	
2	Carteira de Identidade Civil (RG)
3	CPF
4	Título de Eleitor
5	Comprovante do estado civil: a) Sendo solteira(o): certidão de nascimento; b) Sendo casada(o): certidão de casamento; c) Sendo separada(o): certidão de casamento com averbação da separação; d) Sendo divorciada(o): certidão de casamento com averbação do divórcio; e) Sendo viúva(o): certidão de casamento com anotação de óbito.
6	Comprovante de endereço <u>em nome próprio</u> ou declaração para fazer prova de residência, firmada nos termos do art. 1º da Lei nº 7.115/1983 ^{federal}
7	Diploma que comprove a escolaridade exigida para a investidura no cargo de Desembargadora ou Desembargador, devidamente reconhecido por instituição competente
8	Certificado de reservista ou certificado de dispensa de incorporação (nomeado do sexo masculino)
9	1 fotografia 3 x 4 cm (tirada com boa luz e, de preferência, com fundo branco, colorida e recente)
10	Certidão negativa de crimes eleitorais (art. 5º, II c/c o art. 23, I, da Lei nº 20.756/2020 ^{estadual}) < https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais >
11	Certidão de quitação eleitoral (art. 5º, III c/c o art. 23, I, da Lei nº 20.756/2020 ^{estadual}) < https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral >
DECLARAÇÕES	
12	Declaração sobre acumulação ou não de cargos públicos, empregos e/ou funções, bem como de proventos de aposentadoria de regime próprio de previdência social (art. 23, II, “b”, da Lei nº 20.756/2020 ^{estadual}) < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/4_D ECLARACAO SOBRE ACUMULACAO OU NAO DE CARGOS PUBLICOS EMPREGOS FUNCOES BEM COMO DE PROVENTOS APOSENTADORIA REGIME P ROPRIO PREVIDENCIA SOCIAL.pdf >



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A POSSE DE DESEMBARGADORAS E DESEMBARGADORES

criada em 15/6/2023 (MFM) – atualizada 15/05/2025 (MFRB)

13	Declaração de conta bancária < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/8-DECLARACAO_CONTA_BANCARIA.pdf >
14	Declaração sobre o exercício anterior de atividades no Poder Judiciário < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/12-DECLARACAO_SOBRE_EXERCICIO_ANTERIOR_ATIVIDADES_PODER_JUDICIARIO.pdf >
15	Declaração de incompatibilidade com o exercício da advocacia (art. 28, IV, da Lei n° 8.906/1994 ^{federal}) < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/9-DECLARACAO_DE_INCOMPATIBILIDADE_COM_EXERCICIO_ADVOCACIA.pdf >
16	Declaração sobre a existência ou não de impedimento – cargo efetivo (art. 23, II, “c”, da Lei n° 20.756/2020 ^{estadual}) < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/6_D ECLARACAO_SOBRE_EXISTENCIA_OU_NAO_DE_IMPEDIMENTO_EFETIVO.pdf >
17	Última Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física entregue à Receita Federal, <u>com o comprovante de entrega, mas sem o número do recibo</u> (art. 23, II, “a”, da Lei n° 20.756/2020 ^{estadual} e art. 13, <i>caput</i> , da Lei n° 8.429/1992 ^{federal}) Observação: caso esteja dispensada(o) de entregá-la ao referido órgão, de acordo com as respectivas Instruções Normativas (IN), deverá apresentar a declaração mencionada no item seguinte.
18	Declaração de dispensa de apresentação da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física perante a Receita Federal (ver o item anterior) < https://docs.tjgo.jus.br/institucional/departamentos/recursos_humanos/docs/2022/2-DECLARACAO_DISPENSA_APRESENTACAO_DECLARACAO_AJUSTE_ANUAL_IMP OSTO_SOBRE_RENDA_PESSOA_FISICA_PERANTE_RECEITA_FEDERAL.pdf >
PROVA DE QUITAÇÃO COM A FAZENDA PÚBLICA (art. 23, III, da Lei n° 20.756/2020 ^{estadual})	
19	Certidão negativa de débitos relativos aos tributos e à dívida ativa do Estado de Goiás (ou positiva com efeitos de negativa de débitos, na forma da lei) < https://www.sefaz.go.gov.br/Certidao/Emissao/default.asp >

Divisão de Atendimento ao Servidor (DAS)

 (62) 3216-2950/2999; e-mail <drhatendimento.daas@tjgo.jus.br>